



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 –

**APONTAMENTOS SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO
SOCIOEDUCACIONAL PARA INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS**

Rafaela Vasconcelos da Silva¹
Matheus Elizeu Cabral Felipe²
Tatiane Militão de Sá³

RESUMO: O presente trabalho tem por finalidade discutir as políticas públicas para educação de alunos surdos no Brasil e as dificuldades de implementação no contexto escolar para compreender como a condição de marginalização linguístico-educacional ainda prevalece. Tais políticas vêm preconizando o discurso de integração/inclusão do portador de necessidades educativas especiais ao estabelecer o atendimento educacional especializado, preferencialmente, nas classes regulares de ensino. Enfrentar a realidade da sala de aula passa por lidar com as contradições de como tem se dado esse processo, que segundo as perspectivas aqui adotadas, ainda não contemplam às especificidades linguísticas e culturais do aluno surdo, sujeito historicamente segregado das experiências educacionais. Inserir esses alunos nas classes regulares com algumas medidas adaptativas (intérpretes e salas de recurso – principais focos do MEC para operacionalização das políticas de inclusão) é suficiente? Apesar dos avanços recentes no que tange as linhas de ação enunciadas nos documentos oficiais, verificamos que no bojo do discurso “Educação para Todos”, ainda prevalece uma lógica homogeneizadora na qual esse aluno deve se adaptar a escola, e não o contrário, além de preconizar uma inclusão sem que a rede de ensino tenha condições estruturais de recebê-lo. Neste sentido, a educação de alunos surdos é percebida como um processo em curso, cenário que reforça a importância da circulação de estudos na área e

¹ Graduanda de Licenciatura em História – UFF, rafaela.vasconcelos@gmail.com.

² Graduando de Licenciatura em História – UFF, matheus.ecabral@yahoo.com.br.

³ Trabalho orientado pela docente de Libras I – UFF, nuedis.uff@gmail.com.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1
- 06 de julho 2017 –

envolvimento político. Para desenvolvimento deste trabalho investigativo, foram realizados o levantamento e a análise bibliográfica no campo dos Estudos Surdos, da Sociolinguística, além de documentos normativos e dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Palavras-chave: Educação de alunos surdos; Políticas públicas; Políticas linguísticas.

**REMARKS ABOUT PUBLIC POLICIES IN THE SOCIO-EDUCATIONAL IN
ORDER TO INTEGRATE DEAF STUDENTS**

ABSTRACT

This present study aims to discuss the educational public policies when it comes to deaf students in Brazil and the implementation difficulties in the school context so as to understand how the educational linguistic marginalization overrules. These policies have been endorsing the speech of integration and social inclusion of the student with special educational needs at the moment they provide special educational service, preferably, in the regular school. Facing the reality in the classroom goes through dealing with the contradictions of how this process has been really going and, as it's shown in this paper, that this process does not contemplate the specificities either linguistic or cultural of the deaf student who is historically segregated from the educational experiences. Is inserting these students in regular classes with some adaptive measures (interpreters and resource rooms - main focus of MEC for the operationalization of inclusion policies) enough? Despite the recent advances with respect to the lines of action mentioned in the official documents, we understand that when it comes to the speech "Education for All" there is not only a homogenizing logic



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 –

prevailing in which this student must adapt to the school and not the other way around but also an endorsement for the inclusion of the student without the educational network having structural conditions to receive him. In this sense, the education of deaf students is perceived as an ongoing process, a scenario that reinforces the importance of the circulation of studies in the area and political involvement. For the development of this research, the survey and the bibliographic analysis in the field of Deaf Studies, Sociolinguistics and normative documents and data of the School Census of Basic Education were carried out.

Keywords: Deaf students education; Public policies; Language policies.

INTRODUÇÃO

Como graduandos de Licenciatura em História e futuros docentes do Ensino Básico, reivindicamos como princípio a formação para uma educação verdadeiramente democrática, crítica, emancipadora e que exige reinvenção.

Propomos aqui à complexa e desafiante tarefa de reunir e discutir alguns aspectos sobre o cenário escolar dos surdos, considerando as políticas linguísticas, termo definido por Calvet como “... um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social, e planejamento linguístico a implementação prática de uma política linguística” (2002, p. 145) explícitas ou não como um projeto de sociedade que se pretende instituir e as diferentes concepções educacionais em disputa neste campo.

Ao conceber a língua como fato social, portanto, recorrendo à história para estudar as ocorrências através do tempo e as mudanças na relação entre as línguas, é relevante considerar que o processo que forja a nação que hoje conhecemos como Brasil



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 –

é cercado de esquecimentos que não são inocentes, entre eles, um território marcado pela diversidade linguística que existia, resiste e ainda é desconhecida por grande parte da população. Abalando a ideia de monolinguismo, estima-se que mais de 250 línguas sejam faladas no Brasil entre indígenas, de imigração, crioulas e afro-brasileiras e de sinais, sendo uma delas a Libras⁴.

Até meados do século XIX, ainda não existia uma ideia pública sobre a educação de surdos no Brasil. E mesmo com a fundação do Instituto de Educação do Surdo (INES) no Rio de Janeiro, em 1857, a imposição do método oralista, objetivando que o surdo se aproxime do modelo de perfeição ouvinte, se manteve dominante em grande parte da trajetória educacional. Tensionado por movimentos de resistência da comunidade surda, tal concepção representou ao lado do paradigma assistencialista um obstáculo ao pleno desenvolvimento destes sujeitos.

Com a ascensão do valor da diversidade, dos ideais democráticos e multiculturalistas relacionados à teoria pós-moderna no século XX, a luta por reconhecimento de amplos direitos dos grupos minoritários têm se transformado nas principais arenas políticas contemporâneas, onde a cultura e a língua exercem um papel fundamental.

A partir da década de 1960, sociólogos, antropólogos e linguistas passam a se debruçar sobre estudos relacionados aos indivíduos surdos, gerando uma visão sócio-antropológica da surdez, em oposição à visão médico-terapêutica.

Neste quadro de elaboração de novas concepções sobre a surdez, que deixa de estigmatizar pela incapacidade que impede a aquisição de conhecimentos e educação e passa a ser afirmada positivamente como uma diferença, diversas políticas públicas são gestadas em conformidade com a demanda por uma sociedade mais inclusiva.

⁴Há registros de uma outra língua de sinais que é utilizada pelos índios Urubus-Kaapor na Floresta Amazônica. Ver os dados no Guia de pesquisa e documentação para o inventário nacional de diversidade linguística: patrimônio cultural e diversidade linguística, produzido pelo IPHAN e disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/INDL_Guia_voll.pdf >



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 –

CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

Para estruturar essa investigação, foram consideradas as contribuições de Skliar (2005; 2006) sobre a avaliação das políticas públicas na educação de surdos e que situa as questões referentes aos surdos nos Estudos Surdos em Educação, definido por Skliar “enquanto um programa de pesquisa em educação, em que as identidades, as línguas, os projetos educacionais, a história, a arte, as comunidades e as culturas surdas são focalizadas e entendidas a partir da diferença, a partir do seu reconhecimento político” (1998, p. 5). Esse novo campo, aproximado dos Estudos Culturais procura fixar a diferença como processo de produção social, confrontando diretamente os modelos normalizadores que em uma posição de superioridade, concebem o surdo como deficiente e não como detentor de uma cultura com características próprias.

Em um breve ingresso na sociolinguística, às leituras de Calvet (2002; 2007) iluminaram exemplificando de forma didática definições e como vem sendo empregados os conceitos política linguística, planejamento linguístico e diglossia, termos que destaco neste trabalho.

Segundo o autor, o surgimento destes conceitos se dão na mesma época que a emergência da sociolinguística. E pontua que os estudos sobre planejamento linguístico e diglossia deslancham durante as décadas de 1960 e 1970, não por coincidência, período de descolonização de diversos países africanos e asiáticos, marcadamente plurilíngues e muitos tendo a língua colonial como oficial.

A noção de diglossia aplicada à sociolinguística é definida por Ferguson como:

Uma situação linguística relativamente estável, na qual, além de dialetos primários da língua (que podem incluir um padrão ou padrões regionais), há uma variedade superposta, muito divergente, altamente codificada (muitas vezes, gramaticalmente mais complexa), veículo de uma vasta e respeitável literatura escrita proveniente ou de um período



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 –

anterior ou de uma outra comunidade de fala, a qual é aprendida fundamentalmente através da educação formal e a qual é utilizada na escrita e no falar culto, mas não é usada em nenhum outro setor da comunidade na conversação cotidiana. (1959, p. 435).

Por um posicionamento mais cristalizado e ao subentender que o fenômeno se dava em situações que poderiam ser harmoniosas, críticas foram elaboradas e o conceito foi reformulado na perspectiva de sociolinguistas falantes de línguas dominadas/minoritárias que trabalhavam principalmente com o bilinguismo hispânico e com os crioulos, passando a evidenciar como a relação de conflito era desigual entre duas variedades linguísticas. É nessa linha que a diglossia será compreendida nesta pesquisa, ao esclarecer como a língua expressa relações de poder entre grupos sociais, Lima complementa:

Como enfatiza a corrente linguística catalã, há uma distribuição social entre a língua dominante ou alta (H) e dominada ou baixa (L). Tais línguas entram em conflito porque são línguas usadas por grupos diferenciados por fatores sócio-econômicos, étnicos e sócio-culturais. A língua (H) pertence ao grupo que tem maior poder sócio-econômico, é normatizada e sustenta o prestígio. Há também uma valorização social diferenciada na luta ideológica das camadas sociais altas que, tendo a língua (H), combatem o uso da língua (L) até conseguirem que os próprios falantes de (L) concebam essa língua como subordinada, uma forma inferior e que não deve ser conservada. É esse, portanto, o alvo da política linguística dominante. (2004, p. 90-91).

No que se refere às políticas públicas socioeducacionais, foram analisados alguns documentos normativos:

- Decreto n.º 5.626, de 22 de Dezembro de 2005, que regulamenta a Lei n.º 10.436 e o art. 18 da Lei n.º 10.098.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 –

- Lei n.º 10.436, de 24 de Abril de 2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais.
- Lei n.º 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Dados coletados no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Censo Escolar 2016).

Alguns apontamentos sobre as políticas públicas

O primeiro aspecto que chama atenção foi o observar os desmontes recorrentes no âmbito estrutural da pasta responsável por conduzir e operacionalizar as políticas da educação especial, ressaltando as incertezas e uma ideia de descontinuidade no tocante ao tema.

O Ministério da Educação cria em 1973 o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), que é transformado em 1986 na Secretaria de Educação Especial (SESPE), sendo extinta e remanejada em 1990 para Secretaria Nacional de Educação Básica (SENEB). Retomando uma secretaria específica em 1992, passa a ser nomeada como Secretaria de Educação Especial – SEESP, para ser novamente extinta em 2011. Atualmente, os assuntos de sua competência foram diluídos em uma diretoria na recém-criada Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, à qual se acrescentou o eixo da inclusão.

Quanto à formulação destas políticas, dois marcos internacionais influenciam conceitualmente as concepções defendidas: a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990) e a Declaração de Salamanca e suas Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais (UNESCO, 1994). Neste cenário, o princípio da inclusão vinculado a um discurso de igualdade para todos, dos direitos humanos, da superação das desigualdades e da democratização de oportunidades passa a ser adotado



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 –

no Brasil. Assim, está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20/12/1996, n.º 9394, no item III, que o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, deverá acontecer preferencialmente na rede regular de ensino. Esse tópico tem sido alvo de intensos debates entre estudiosos, Machado aponta:

A questão não está em recusar, *a priori*, tentativas de inserção dos excluídos (entre eles, o surdo) na escola. Parece que se superficializa a temática sobre o processo de integração/inclusão do surdo na escola regular, quando se limita o que sejam as ações necessárias para sua integração/inclusão, ao fato de colocá-los fisicamente nas escolas regulares, optando-se por modelos pedagógicos que expressam a herança que a instituição, direta ou indiretamente, deixou para os educadores atuais – um modelo clínico, oralista e assistencialista na educação de surdos. (2006, p. 41).

No Capítulo V – Da Educação Especial, art. 59, parágrafo 1º, o texto ainda estabelece quando necessário, serviços de apoio especializado para atendimento das necessidades deste educando, na rede regular. E ainda prevê no parágrafo 2º classes, escolas ou serviços especializados quando “em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular”, a leitura é ambígua e alguns autores defendem que o surdo pode se enquadrar nessas especificidades.

Alguns números dão o panorama dessa escolarização, cabe ressaltar que os dados disponibilizados nos principais estudos e avaliações do MEC/INEP não caracterizam o aluno dentro do espectro que a modalidade Educação Especial⁵ cobre. Considerando as especificidades da população surda, essa limitação contribui para invisibilidade e dificulta o conhecimento da estrutura das escolas (profissionais,

⁵ Educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 –

recursos, serviços e infraestrutura) para recebê-los e o monitoramento de sua trajetória e desempenho.

Segundo as notas estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica de 2016, em todo Brasil são 796.486 alunos da Educação Especial incluídos em classes regulares (57% das escolas têm alunos desta modalidade incluídos em classes regulares) e 174.886 matriculados em classes exclusivas de educação especial⁶. Essas matrículas estão concentradas nos anos iniciais do ensino fundamental, são 365.488 alunos incluídos nas classes regulares, já no ensino médio o número de matrículas cai para 74.007⁷.

Nas primeiras séries do ensino fundamental, fase que deve assegurar a alfabetização e letramento, as turmas costumam ter em média 20 alunos e no ensino médio chegam a 32 alunos em média, a condição de salas cheias é alvo de críticas constantes e tem alto impacto na qualidade do trabalho do professor e das aulas, se para alunos ouvintes essa situação já é considerada um fator que gera dificuldades de aprendizado, para alunos surdos torna-se mais um agravante.

O reconhecimento oficial da Libras como meio legítimo de comunicação e expressão da comunidade surda, através da Lei n.º10.436, de 24/04/2002 pode ser considerado um divisor de águas na política linguística, e ao lado do decreto n.º5.626, de 22/12/2005 que trata do uso e difusão da Libras de forma mais específica visando o acesso à escola dos alunos surdos, são referências fundamentais na garantia de direitos. Deste decreto, ressalto o Capítulo II que trata da inclusão da Libras como disciplina curricular, onde no Art. 3º estabelece a obrigatoriedade para todos os cursos de formação de professores em nível médio e superior e nos cursos de Fonoaudiologia.

⁶ Considerando todas as esferas e etapas da Educação Básica e as redes pública e privada.

⁷ Considerando todas as esferas e as redes pública e privada. Os dados revelam uma forte expansão de matrículas na rede pública, enquanto a rede privada tem uma participação reduzida: nos anos iniciais do ensino fundamental são 20.663 matrículas de alunos incluídos nas classes regulares e no ensino médio 5.115 alunos incluídos.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 –

Apesar da conquista, ao não determinar uma carga horária mínima e diretrizes para a disciplina, não garante condições suficientes para que as demandas por profissionais que dominam a língua sejam efetivamente atendidas. Para ilustrar, na Universidade Federal Fluminense temos a disciplina Libras I atendendo todos os cursos de licenciatura, no entanto, ainda limitada a uma carga de 30 horas/aula. Apesar do estimulante e dedicado trabalho da equipe docente, o tempo destinado para equilibrar o ensino teórico e prático de uma língua com estrutura própria e distinta do português só garante um conhecimento básico e o despertar do interesse. Outra lacuna, é que ao ser ministrada em turmas com alunos oriundos de diferentes licenciaturas e aprendendo um “conteúdo padrão”, não conseguimos entrar nas especificidades inerentes de cada curso. Como explorar terminologias mais complexas utilizadas pela História, como o conceito de colonização? A universidade tem uma responsabilidade social perante a comunidade e precisa ir além do que determina a lei.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exposição precoce à língua de sinais permite uma forma eficaz de se comunicar e interagir com o mundo, é idealmente a primeira língua dos surdos. Porém, é preciso levar em consideração que os indivíduos surdos que nascem em famílias de surdos não compreendem a realidade da maioria, cerca de 90% dos surdos são filhos de pais ouvintes, usuários da língua oral. Portanto, é razoável considerar que muitas crianças surdas chegam à escola com pouco conhecimento da língua de sinais e da língua portuguesa em sua modalidade escrita, é deste cenário complexo que devemos partir, a escola deve garantir a aquisição e manutenção da Libras no cotidiano escolar.

O surdo ainda é um desconhecido para boa parte dos professores. Apesar dos avanços, as relações de poder continuam mantendo a lógica de dominação ao que é padronizado, aceito pela sociedade. É fundamental que a comunidade escolar tenha



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 –

consciência política do seu papel, e além da formação adequada, conheça a trajetória histórica da educação dos surdos para compreender a importância de pensar educação a partir da cultura surda, considerando como esses sujeitos estruturam seu pensamento, para possibilitar uma reflexão que modifique as práticas pedagógicas. Conforme aponta Skliar, “Não é possível aceitar, de forma alguma, o visual da língua de sinais e disciplinar a mente e o corpo das crianças surdas como sujeitos que vivem uma experiência auditiva” (2005, p. 28). Ainda hoje é possível observar uma grande defasagem na formação dos profissionais de educação que irão atuar diretamente com esses alunos. Estes apontamentos, somados ao cenário de dificuldades econômicas e indeterminação da política nacional de educação levantam mais incertezas quanto às políticas em curso de inclusão destes alunos em turmas com maioria de ouvintes, onde a língua hegemônica, e em consequência as estratégias de ensino, serão baseadas no português, desconsiderando sua singularidade linguística visual-espacial, seu ritmo de aprendizagem e considerando as medidas adaptativas insuficientes.

Outras propostas têm sido formuladas, o município de Niterói apresenta uma política pública de educação na perspectiva inclusiva bilíngue. Desenvolvido em 12 escolas da Rede Municipal, o programa se tornou referência e merece destaque, conforme aponta o vigoroso estudo realizado por Meireles:

Percebe-se nas falas dos profissionais que o município de Niterói se organiza para atender alunos surdos, na primeira etapa do ensino fundamental, em turmas exclusivamente para alunos surdos. Essas turmas, denominadas turmas bilíngues, contam com a presença de um professor bilíngue regente, que ministra aulas em Libras em parceria com um profissional surdo que atua como modelo de língua, cultura e identidade surda. Esta organização se apresenta divergente às orientações do MEC, que indica a escolarização de alunos surdos incluídos em turmas de ouvintes, com Atendimento Educacional Especializado no contraturno. No entanto, se apoia no afirmado pelo Decreto nº 5626 (BRASIL/ 2005) que admite a possibilidade de alunos surdos estudarem em turmas especiais em escolas inclusivas. (2014, p. 221).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 –

Este estudo verificou que os avanços recentes nos dispositivos normativos do contexto socioeducacional revelam de forma sutil que sob o lema de “Educação para Todos”, na prática se mantém uma escola que ao contrário de se adaptar ao educando surdo, pretende o oposto, e assim continua perpetuando exclusão dentro do discurso de inclusão/integração, sem modificar sua estrutura.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Decreto n.º 5.626. Diário Oficial da União. Brasília, 2005.

_____. Lei n.º 10.436 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 2002.

_____. Lei n.º 9.394/1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar da Educação Básica 2016 Notas Estatísticas. Brasília, 2017.

CALVET, Louis-Jean. Sociolinguística: uma introdução crítica. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

_____. As políticas linguísticas. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

COSTA, Valdelúcia Alves da. Políticas públicas em educação no Brasil: experiências de formação continuada de professores para a inclusão. RevistAleph, Niterói, n.º 10, 2007. Disponível em: <<http://www.uff.br/revistaleph/N10/valdelu.htm>>.

SKLIAR, C. A surdez: um olhar sobre as diferenças.(Org.) Porto Alegre: Mediação, 2005.

_____. Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre, Mediação, 2006.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 –

LIMA, M. do S.C. Surdez, bilinguismo e inclusão: entre o dito, o pretendido e o feito. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, 2004. Disponível em:

<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/artigos_edespecial/dito_preten_dido.pdf>.

MACHADO, Paulo César. Integração/inclusão na escola regular: um olhar do egresso surdo. In: QUADROS, R. M. (Org.). Estudos surdos I. Petrópolis: Arara Azul, 2006.

MEIRELES, R. M. P. L. Políticas de Inclusão e Práticas Pedagógicas na Educação de Alunos Surdos: Programa de Bilinguismo de Niterói/RJ. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói, 2014. Disponível em: <<http://www.lapeade.com.br/publicacoes/tesesedissertacoes/DOCTORADO%20ONEE%20SP-OEERJ%20-UFF-RosanaMeireles-ValdeluciaAlvesCosta-2014.pdf>>.